

JOSÉ PEDRO MARTINS

Escrituras de terras manuscritas, do início do século 19, estão mudando a história da introdução do café em Campinas e região. Os documentos fazem parte do acervo do Centro de Memória da Unicamp e Arquivo do Estado de São Paulo. A nova versão sobre a introdução do café em Campinas é o tema da quarta parte da série publicada pelo Correio e que reconta a história de fundação e crescimento da cidade.

Os documentos atestam como a estruturação da cultura de café, que consolidou a região de Campinas como uma das mais desenvolvidas do País, foi fundamental para a estratégia de fortalecimento do Estado nacional brasileiro, independente de Portugal desde 1822. O café jogou assim o mesmo papel que havia representado o açúcar para os esforços de Lisboa pela restauração e proteção da Capitania de São Paulo, no contexto das disputas com a Espanha, a outra potência mundial da época.

De fato, a introdução do café acontece na região já no final do século 18, quando a estratégia montada pela Coroa Portuguesa, para assegurar a povoação e ocupação da Capitania de São Paulo, havia alcançado pleno êxito. Sob a liderança de Campinas, e as orientações esboçadas pelo Morgado de Mateus, a região conhecida como Quadrilátero do Açúcar havia se transformado em um dos principais pólos econômicos do País, contribuindo para o fortalecimento da Capitania e reconstrução da Lisboa destruída pelo terremoto de 1755.

Neste contexto a região foi escolhida pelos sucessores do Morgado de Mateus para sediar as experiências de introdução no Brasil do café, produto que conquistava espaço cada vez maior no mercado internacional. O primeiro pé de café na região foi plantado em Jundiá, na última década do século 18, pelo sargento-mor Raimundo Álvares dos Santos Prado, vinculado ao novo governador da Capitania, o capitão-general Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça.



Os registros históricos indicam que a experiência de Jundiá não prosperou. Em seguida, o episódio determinante para a concentração de esforços em torno do café foi a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1809, em função da invasão de Portugal pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte.

Era então essencial para a preservação da Coroa a exploração de novas fontes econômicas. Diante dos êxitos alcançados pela cidade na condução do processo de estabelecimento do açúcar, Campinas foi indicada pela Coroa como o novo laboratório da difusão do café no Interior paulista.

Os primeiros cafezais em território campineiro foram plantados por volta precisamente de 1809, nas proximidades do primeiro pouso de tropeiros da cidade, na altura do atual estádio do Guarani Futebol Clube. O local foi escolhido estrategicamente, considerando o acesso direto ao Caminho de Goiás, na oportunidade a principal via de ligação entre Campinas e Jundiá.

Pela história conhecida até o momento, os cafezais pioneiros de 1809, plantados em terras então pertencentes a Antônio Francisco de Andrade, haviam sido abandonados pelo envolvimento do proprietário com a Guerra do Paraguai. O plantio regular do café teria sido então retomado por volta de 1835 por Francisco Egídio de Sousa Aranha na Fazenda Mato Dentro, onde hoje está localizado o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.

Os documentos depositados no Arquivo do Estado e na Unicamp, utilizado pelo arquiteto Antônio da Costa Santos em sua tese de doutoramento, mudam essa versão. Uma escritura que consta de inventário aberto a 23 de julho de 1833 informa que o padre Manoel José Fernandes Pinto doa para Joaquim José de Carvalho uma "chácara nos subúrbios desta vila, com casas ordinárias, engenho velho e cafezais novo e velho". Essa chácara, batizada de Paraíso, observa Costa Santos, é a mesma onde haviam sido plantados os primeiros cafezais de Campinas.

Café de Campinas foi fundamental para autonomia do País



Sede da Fazenda Mate Dentro, onde hoje funciona o Parque Ecológico de Campinas: região foi escolhida por Portugal para introdução do café